

GRAN

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN
VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

simulados.coordenacao@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2504048847M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Superior Tribunal Militar
STM

CARGO:

Analista Judiciário

MODELO/BANCA:

Cespe / Cebraspe

EDITAL:

(Pós-Edital)

DATA DE APLICAÇÃO:

04/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

04/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

2504048847M - STM - 1º SIMULADO - CARGO 7 ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa

Fidelis Almeida

Texto I

- 1 Foi a partir do idioma alemão que se deu a disseminação pelo mundo de uma acepção particular de cultura (*Kultur*), em linhas gerais, como algo mais intrínseco, individual e espiritual. O holandês, os idiomas escandinavos e eslavos adotaram-na desde logo; também no espanhol, no italiano e no inglês americano é termo corrente. Apenas no francês e no inglês europeu é que, malgrado o seu uso em certas expressões consagradas, o termo depara com alguma resistência. Ao menos não se pode empregá-lo livremente no lugar de *civilisation*. E não é por acaso. O francês e o inglês tiveram, em virtude de sua vetusta e rica evolução como línguas de pensamento, muito menos necessidade do recurso ao alemão para formarem seu vocabulário científico-filosófico moderno, sobretudo se comparados à maioria das línguas europeias que progressivamente, ao longo do século XIX, aproveitaram a fértil riqueza expressiva alemã.
- 15 O uso comum da palavra cultura em si traz pouco risco de mal-entendidos. Sabe-se mais ou menos o que se quer dizer com ela. Mas tente-se precisar o seu sentido e já então surgem dificuldades. Que é, em que consiste a cultura? Uma definição exaustiva do conteúdo dessa ideia seria quase impossível. Fácil seria, por outro lado, elencar algumas condições e características essenciais para que se configure o fenômeno da cultura.
- 20 Cultura requer, antes de tudo, certo equilíbrio entre valores espirituais e materiais. Tal equilíbrio permite o florescimento de uma configuração social que seja tida pelos homens como algo superior à mera satisfação de necessidades básicas ou da pura e simples vontade de poder. O termo valores espirituais inclui aqui as áreas da religião, do intelecto, da moral e da estética. Também entre tais áreas é preciso haver certo equilíbrio ou harmonia internos para que o conceito de cultura seja aplicável. Ao tratarmos de equilíbrio, em vez de excelência, temos o cuidado de considerar mesmo os estágios iniciais, inferiores ou precários de uma civilização também como cultura, sem incorrer numa preferência seja pelas civilizações mais adiantadas, seja por um fator cultural à parte – religião, arte, direito, poderio político etc. O estado de equilíbrio consiste sobretudo no fato de que os diferentes elementos culturais tenham cada um, em relação ao todo, uma função sumamente vital. Uma vez presente tal harmonia de funções, a cultura se manifesta, em dada sociedade, como ordem, articulação coesa, estilo, ritmo de vida.

HUIZINGA, Johan. *Nas sombras do amanhã: um diagnóstico da enfermidade espiritual de nosso tempo*. Tradução e notas de Sérgio Marinho. Goiânia: Caminhos, 2017. (com adaptações)

Os itens a seguir referem-se às ideias desenvolvidas no texto I. Julgue-os.

- 1 De acordo com o texto, a associação entre cultura e equilíbrio de funções impede que o conceito de “cultura” se restrinja a padrões de excelência civilizatória.
- 2 Conclui-se do texto que a dificuldade de definir cultura decorre da oposição entre valores espirituais e materiais.

- 3 O texto sustenta que o uso cotidiano da palavra “cultura” é impreciso e favorece confusões conceituais.

Acerca dos aspectos linguísticos do texto I, julgue os itens subsequentes.

- 4 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “que” funciona como um pronome relativo que retoma “idioma alemão”.
- 5 Pelo emprego da palavra “vetusta” (sexto período do primeiro parágrafo), entende-se que o francês e o inglês europeu são línguas antigas, com longa tradição.
- 6 A oração “para que se configure o fenômeno da cultura” (último período do segundo parágrafo) indica ideia de finalidade.
- 7 Preserva-se a correção gramatical e o sentido original do texto caso a preposição “com” (terceiro período do primeiro parágrafo) seja suprimida.
- 8 No primeiro parágrafo, o pronome “na” (segundo período) retoma “cultura” (primeiro período).
- 9 No terceiro período do segundo parágrafo, o vocábulo “então” possui valor conclusivo.
- 10 No segundo período do primeiro parágrafo, a substituição do sinal de ponto e vírgula pelo ponto final preservaria a correção gramatical do texto, com o devido ajuste de maiúscula.
- 11 No segundo período do terceiro parágrafo, o vocábulo “que” exerce a função sintática de sujeito na oração em que figura.

Texto II

O pensamento precede a ação. Pensar é deliberar sobre a ação antes de agir, e refletir em seguida sobre a ação efetuada. Pensar e agir são inseparáveis. Toda ação está sempre baseada numa ideia específica quanto a relações causais. Quem pensa uma relação causal, pensa um teorema. Ação sem pensamento e prática sem teoria são inimagináveis. O raciocínio pode ser falso e a teoria incorreta; mas o pensamento e a teoria estão presentes em toda ação. Por outro lado, pensar implica sempre imaginar uma futura ação. Mesmo quem pensa sobre uma teoria pura pressupõe que a teoria é correta, isto é, que uma ação efetuada de acordo com o seu conteúdo teria por resultado um efeito compatível com seus ensinamentos. Para a lógica, o fato de esta ação ser factível ou não é irrelevante.

É sempre o indivíduo que pensa. A sociedade não pensa, da mesma forma que não come nem bebe. A evolução do raciocínio humano, desde o pensamento simples do homem primitivo até o pensamento mais sutil da ciência moderna, ocorreu no seio da sociedade. Não obstante, o pensamento em si é uma façanha individual. Existe ação conjunta, mas não pensamento conjunto. Existe apenas a tradição, que preserva e transmite pensamentos a outros, como um estímulo para sua reflexão. Entretanto, o homem não tem como se apropriar dos pensamentos de seus precursores, a não ser repensando-os de novo. Só então, partindo da base dos pensamentos de seus predecessores, terá condições de ir mais adiante. O principal veículo da tradição é a palavra. O pensamento está ligado à palavra e vice-versa. Os conceitos estão embutidos em termos. A linguagem é uma ferramenta do pensamento, como também da ação na sociedade.

MISES, Ludwig von. *Ação humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. (com adaptações)

Acerca das ideias e da organização discursiva do texto II, julgue os itens subsequentes.

- 12 Ao defender que toda ação pressupõe uma ideia sobre relações causais, o texto sugere que apenas ações conscientes devem ser consideradas humanas.
- 13 Infere-se do texto que, para o autor, a tradição não substitui o pensamento, mas pode catalisar o surgimento de novas reflexões.
- 14 Com base no texto, é correto entender que a linguagem permite o compartilhamento de ideias, mas não transforma a reflexão em processo coletivo.
- 15 O texto apresentado pertence majoritariamente à tipologia expositiva, embora contenha trechos de natureza argumentativa.
- 16 No sexto período do segundo parágrafo, seria gramaticalmente correto o emprego do sinal indicativo de crase em “a” no segmento “a outros”.
- 17 No segundo período do segundo parágrafo, a supressão da vírgula preserva o sentido original do trecho.
- 18 A correção gramatical e a coerência textual seriam preservadas caso o segundo e o terceiro períodos do primeiro parágrafos fossem unidos em um só: **Pensar e agir são inseparáveis, porque toda ação está sempre baseada numa ideia específica quanto a relações causais.**

Observando-se os preceitos expressos no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, julgue os itens subsequentes.

- 19 A redação oficial exige, como regra geral, o emprego de palavras em seu sentido comum, salvo quando se tratar de assunto técnico que justifique nomenclatura própria.
- 20 De acordo com as normas da redação oficial, o vocativo adequado para um documento dirigido ao Ministro de Estado é “Senhor Ministro” e, no corpo do texto, deve-se empregar o tratamento “Vossa Excelência”.

Legislação

Rafael de Oliveira

- 21 O Superior Tribunal Militar é composto por quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo cinco civis e dez militares das Forças Armadas.
- 22 Os Ministros civis do STM são todos escolhidos exclusivamente entre advogados com mais de dez anos de atividade profissional e notório saber jurídico.
- 23 Compete ao Plenário do STM aplicar penas disciplinares e decretar a perda do cargo de magistrado vitalício da Justiça Militar da União.
- 24 O vice-presidente do STM exerce, durante o seu mandato, a função de Corregedor da Justiça Militar da União.
- 25 O Presidente do STM pode, durante o recesso ou férias coletivas, decidir pedidos de liminar em Habeas Corpus e Mandado de Segurança, podendo também determinar liberdade provisória.
- 26 É obrigatória a atuação de advogado nos processos administrativos, sendo considerada nulidade a sua ausência, mesmo quando o interessado tiver capacidade de se manifestar diretamente.
- 27 No processo administrativo, os atos devem ser interpretados de forma a garantir a finalidade pública e a observância do interesse geral, ainda que isso implique flexibilização das exigências formais.
- 28 A administração pública pode, a qualquer tempo, revogar seus próprios atos administrativos por motivo de conveniência ou oportunidade, ainda que deles se originem direitos adquiridos.
- 29 No processo administrativo, os atos devem ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.
- 30 O desenvolvimento do servidor nas carreiras do Poder Judiciário da União ocorrerá exclusivamente por meio de promoção por merecimento.
- 31 A progressão funcional consiste na passagem do servidor do padrão de vencimento em que se encontra para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro da mesma classe.
- 32 A Resolução CNJ n. 351/2020 considera assédio moral apenas condutas reiteradas que causem dano à integridade psíquica da vítima.

- 33 A política de prevenção ao assédio prevista na Resolução CNJ n. 351/2020 deve ser aplicada tanto a magistrados e servidores como também a estagiários e terceirizados.
- 34 As ações preventivas de assédio e discriminação incluem a capacitação continuada de magistrados e servidores sobre direitos humanos e relações de trabalho saudáveis.
- 35 A Política Nacional de Sustentabilidade do Poder Judiciário obriga os órgãos a considerarem critérios de sustentabilidade nas contratações públicas.
- 36 A Resolução CNJ n. 400/2021 prevê a criação de um Plano de Logística Sustentável (PLS), que deve ser elaborado e publicado apenas por Tribunais Superiores.
- 37 A política nacional de sustentabilidade prevê a adoção de ações para promover a equidade de gênero e raça no Poder Judiciário.
- 38 A Resolução CNJ n. 401/2021 estabelece que os sites e sistemas do Judiciário devem seguir padrões de acessibilidade digital, como o eMAG.
- 39 De acordo com a Resolução CNJ n. 401/2021, é obrigatório que todos os órgãos do Poder Judiciário instituem unidades de acessibilidade e inclusão.
- 40 A instalação de recursos de acessibilidade em prédios antigos do Judiciário pode ser dispensada caso cause despesa elevada ou reformulação arquitetônica.

Ética no Serviço Público

Glauber Marinho

A respeito de ética no serviço público, julgue os itens.

- 41 A moral pode ser definida como comportamentos socialmente difundidos.
- 42 A «ética» e «moral» são palavras de raízes históricas diferentes (ética vem do grego *mos* e moral vem do latim *ethos*).
- 43 A ética tem a ver com a norma garantida pelo recurso à força pelo Estado: punição como correção. No caso do direito, cabe à própria consciência, de maneira autônoma, o ato de censura ou de elogio.
- 44 Na democracia, a participação política contribui com o atendimento ampliado das demandas coletivas.
- 45 Elementos básicos da cidadania — a igualdade de todos perante a lei e o acesso de todos à justiça — são uma realidade no Brasil.
- 46 As regras de conduta são regras constitutivas estabelecidas a partir de regras imperativas.
- 47 A moralidade da administração pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum.

- 48 Os repetidos erros se tornam às vezes difíceis de corrigir, porém não caracterizam imprudência no desempenho da função pública.
- 49 É dever ético de se abster de exercer a função com finalidade estranha ao interesse público.
- 50 É vedado a agente público dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana.

Direito Penal Militar

Cícero Coimbra

- 51 Considera-se praticado o crime militar no momento do resultado, e não no da ação ou omissão.
- 52 Considera-se praticado o crime comissivo, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- 53 A pena cumprida no estrangeiro não será computada em pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.
- 54 Situação hipotética: Juarez, militar da ativa do Exército Brasileiro, está em serviço, no desempenho de operação de garantia da lei e da ordem na cidade de Florianópolis/SC e, em uma determinada ação, mata dolosamente um civil. Considerando este caso, Juarez será processado e julgado pelo Tribunal do Júri.
- 55 Nos termos do Código Penal Militar, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.
- 56 Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica culposamente.
- 57 Considera-se em estado de necessidade exculpante quem pratica o fato para preservar direito seu ou alheio, de perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, desde que o mal causado, por sua natureza e importância, é consideravelmente inferior ao mal evitado, e o agente não era legalmente obrigado a arrostar o perigo.
- 58 O militar que deixa de levar ao conhecimento do superior o motim ou a revolta de cuja preparação teve notícia comete, em tese, o crime de omissão de lealdade.
- 59 Situação hipotética: Pedro, militar da ativa da Marinha, diante da tropa formada, cuspiu na Bandeira do Brasil. Tal conduta configura crime militar pela lei penal militar.

Direito Processual Penal Militar

Cícero Coimbra

- 60** Obedecerão às normas processuais previstas no Código de Processo Penal Militar, no que forem aplicáveis, salvo quanto à organização de Justiça, aos recursos e à execução de sentença, os processos da Justiça Militar Estadual, nos crimes previstos na Lei Penal Militar a que responderem os oficiais e praças das Polícias e dos Corpos de Bombeiros, Militares.
- 61** Situação hipotética: o Comandante do 100º Batalhão de Infantaria Blindado, do Exército Brasileiro, instaura um inquérito policial militar, de ofício, para apurar crime, em tese, praticado por um capitão que está sob seu comando. Na portaria de instauração, a autoridade militar delega a apuração a um major, mas não designa o escrivão do procedimento. O major encarregado do inquérito irá designar o seu escrivão, mas deve observar que a função de escrivão, neste caso, deve recair sobre oficial de posto superior ao do indiciado ou, ao menos, mais antigo.
- 62** Nos casos em que militares das Forças Armadas, no desempenho de ação de garantia da lei e da ordem, figurarem como investigados em inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações dispostas nos arts. 42 a 47 do Código Penal Militar, o indiciado poderá constituir defensor.
- 63** No inquérito policial militar, as testemunhas e o indiciado, exceto caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada, devem ser ouvidos durante o dia, em período que medeie entre as oito e as dezoito horas.
- 64** Situação hipotética: Joaquim é militar da ativa da Aeronáutica e está sendo investigado em inquérito policial militar pela prática, em tese, de crime militar. Concluída a investigação, os autos foram ao Ministério Público que, entendendo haver indícios de autoria e materialidade, decide por oferecer a denúncia, perante o juízo competente. Todavia, não se conhece o lugar da infração. Nesse caso, o juízo competente será o da auditoria da Circunscrição Judiciária Militar correspondente ao local de residência ou domicílio do autor do delito.
- 65** Situação hipotética: Joaquim é militar da reserva do Exército Brasileiro e está sendo investigado em inquérito policial militar pela prática, em tese, de crime militar. Concluída a investigação, os autos foram ao Ministério Público que, entendendo haver indícios de autoria e materialidade, decide por oferecer a denúncia, perante o juízo competente. Todavia, não se conhece o lugar da infração. Neste caso, o juízo competente será o da auditoria da Circunscrição Judiciária Militar correspondente ao local de residência ou domicílio do autor do delito.
- 66** A arguição de incompetência do juízo precederá a qualquer outra, salvo quando fundada em motivo superveniente.

- 67** Situação hipotética: ao ter vista de um inquérito policial militar, o membro do Ministério Público, antes de oferecer a denúncia alega a incompetência da Justiça Militar da União, arguição esta rejeitada pelo Juiz Federal da Justiça Militar. Nesse caso, o membro do Ministério Público poderá interpor recurso nominado para o Superior Tribunal Militar.
- 68** O desertor terá o quartel por menagem, independentemente de decisão judicial, podendo, entretanto, ser cassada pela autoridade militar, por conveniência de disciplina.

Direito Penal

Pâmella Tainá

A respeito da parte geral do Código Penal, julgue os itens que se seguem.

- 69** O reconhecimento da continuidade delitiva depende da comprovação dos requisitos objetivos e subjetivos, de forma que, ausente o dolo global, resta descaracterizada a continuidade.
- 70** Não se admite coautoria e participação em crimes culposos, pois o liame subjetivo entre os agentes, no concurso de pessoas, é essencialmente doloso.
- 71** A avaliação do requisito do bom comportamento para fins de concessão de livramento condicional deve considerar todo o histórico infracional do apenado.
- No que se refere aos crimes em espécie previstos no Código Penal e na Legislação extravagante, julgue os itens a seguir.
- 72** O crime de constituição de milícia privada é restrito aos grupos dedicados à prática de delitos previstos no Código Penal, sendo excluído de seu campo de incidência os crimes previstos em leis extravagantes.
- 73** Os dirigentes do Sistema S são considerados funcionários públicos para fins penais.
- 74** Não pratica crime de injúria racial o agente que ofende pessoa específica e determinada exclusivamente em razão de sua cor branca.
- 75** O delito de porte de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado não está no rol dos crimes hediondos.

Com relação ao entendimento do STF sobre a Lei n. 11.343/2006, julgue os itens seguintes.

- 76** O porte de substância entorpecente para consumo pessoal é conduta atípica.
- 77** Para determinar se a droga se destina a consumo pessoal, o juiz deve se ater à quantidade do entorpecente, desconsiderando elementos marginais como a natureza da droga, forma de acondicionamento e variedade de substâncias apreendidas.

Direito Processual Penal

Douglas Vargas

- 78 Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante, dentre outras condições, a reparação do dano causado pelo crime ou a restituição da coisa a vítima, em todos os casos nos quais o dano patrimonial for identificado como consequência do delito.
- 79 Será admitida ação pública nos crimes de ação privada, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- 80 A competência será determinada pela conexão se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.
- 81 Na determinação da competência por conexão ou continência, no caso de concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri.
- 82 Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por quais meios e em que época presumem ter sido o fato praticado. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia, e os laudos serão sempre ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
- 83 Quanto à realização de exames periciais, no exame por precatória, a nomeação dos peritos far-se-á no juízo deprecado. Havendo, porém, no caso de ação privada, acordo das partes, essa nomeação poderá ser feita pelo juiz deprecante.
- 84 A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.
- 85 A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la. O juiz ordenará, todavia, a suspensão ou o adiamento do ato, quando reconhecer que a irregularidade poderá prejudicar o direito da parte.
- 86 No âmbito de sua competência jurisdicional, qualquer autoridade judicial poderá expedir de ofício ordem de **habeas corpus**, quando, no curso de qualquer processo judicial, verificar que, por violação ao ordenamento jurídico, alguém sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção. Não se reconhece expressamente, no código processual vigente, o instituto do habeas corpus coletivo.

Direito Constitucional

Maria Júlia

- 87 As normas constitucionais que definem direitos fundamentais sociais, como o direito à saúde e à educação, possuem eficácia limitada, de natureza programática, e, por isso, não podem ser exigidas judicialmente até que sejam regulamentadas por lei infraconstitucional.
- 88 A liberdade de manifestação do pensamento autoriza a retirada de material audiovisual de plataformas de streaming quando seu conteúdo for considerado ofensivo pela maioria da população.
- 89 A vedação de acúmulo remunerado de cargos públicos se estende às empresas públicas e sociedades de economia mista, salvo nos casos previstos na Constituição.
- 90 Durante missão diplomática brasileira na França, nasceu João, filho de um servidor do Ministério das Relações Exteriores. Embora João tenha nascido no exterior, foi registrado no consulado brasileiro competente. Segundo a Constituição Federal, João é considerado brasileiro nato, em razão do critério do jus sanguinis.
- 91 O Estado de Xis promoveu a incorporação de dois de seus municípios para criação de um novo, denominado “Nova Esperança”. Após estudos de viabilidade, a medida foi aprovada pela população envolvida por plebiscito e efetivada por lei estadual. Mesmo assim, o STF considerou o ato inconstitucional.

Direito Administrativo

Gustavo Scatolino

À luz do disposto na Constituição Federal, julgue o item a seguir.

- 92 É permitida, no serviço público, a equiparação de vencimentos entre cargos distintos, desde que as atribuições exercidas sejam semelhantes e a equivalência seja reconhecida judicialmente.

Com base no entendimento dos tribunais superiores, julgue os itens abaixo.

- 93 A instituição de percentual mínimo de vagas destinadas exclusivamente a mulheres, em concursos públicos da área de segurança pública, autoriza a limitação da participação feminina ao percentual reservado.
- 94 A demissão de empregados concursados de empresa pública pode ocorrer independentemente da instauração de processo administrativo, desde que o ato de desligamento seja formal e contenha motivação idônea, ainda que não configurada justa causa nos termos da CLT.

À luz do disposto na Lei n. 14.133/2021, julgue o item a seguir:

- 95 A desclassificação de propostas em procedimento licitatório acontecerá quando estas apresentarem vícios insanáveis, mesmo que o preço esteja compatível com o mercado.

Sobre o controle administrativo, analise o item abaixo em certo ou errado.

- 96** É constitucional a imposição direta de multa pelo Tribunal de Contas ao Prefeito por irregularidades na gestão, sem a necessidade de autorização ou aprovação prévia da Câmara Municipal.

No tocante aos poderes administrativos, julgue o item a seguir:

- 97** A edição de portarias internas por chefes de repartição para organizar o funcionamento de seus setores é expressão do poder regulamentar exercido de forma descentralizada.

No que se refere à organização administrativa, julgue o item a seguir:

- 98** A criação de uma fundação pública depende de autorização legislativa específica e de posterior registro dos seus atos constitutivos no órgão competente.

No tocante aos atos administrativos, julgue o item abaixo:

- 99** A conveniência e a oportunidade que orientam o ato discricionário, excluem a análise judicial posterior, no que se refere ao mérito e a legalidade do ato em questão.

Com base na disciplina constitucional e infraconstitucional dos agentes públicos, julgue o item a seguir:

- 100** A exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão pode ocorrer sem necessidade de motivação, sendo ato de natureza discricionária da autoridade competente.

Direito Civil

Cristiny Rocha

- 101** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estabelece que, para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.
- 102** A lei começa a vigorar em todo o território nacional na data de sua publicação, salvo disposição em contrário que estabeleça prazo diverso para sua entrada em vigor.
- 103** Conforme entendimento do STJ, não é possível a completa supressão e substituição total do nome registral, por pessoa autoidentificada como indígena, por ausência de previsão legal, bem como por respeito ao princípio da segurança jurídica e das relações jurídicas a serem afetadas.
- 104** Conforme disposições da Lei n. 13.146/2015, o poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de quatro anos, com a finalidade de facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, específicas para aquisição de tecnologia assistiva.
- 105** Conforme disposições da Lei n. 13.146/2015, as operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.

- 106** Conforme disposições do Código Civil aos empreendimentos de economia solidária, aplica-se subsidiariamente as disposições concernentes às associações e fundações.

- 107** De acordo com a LGPD e atual entendimento do STJ, pode-se afirmar que o vazamento de dados pessoais não gera dano moral presumido.

- 108** Conforme entendimento do STJ, o dano moral reflexo (dano por ricochete) não pode se caracterizar quando a vítima direta do evento danoso sobreviva.

- 109** Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumiu, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.

Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

- 110** O litisconsórcio multitudinário, quando reconhecido pelo juiz, resulta no desmembramento do processo, com a consequente formação de autos distintos para cada grupo de litigantes, independentemente da vontade das partes.
- 111** A oposição é forma de intervenção de terceiros que pode ser admitida em qualquer grau de jurisdição, sendo que a sentença proferida na ação principal vincula automaticamente o oponente.
- 112** O prazo para a prática de atos processuais pode ser reduzido pelo juiz, salvo na hipótese de prazo peremptório.
- 113** Conforme entendimento do STJ, a competência para julgamento de ação de indenização por danos morais, decorrente de ofensas proferidas em rede social, é do foro do domicílio da vítima, em razão da ampla divulgação do ato ilícito.
- 114** Conforme entendimento do STJ, o ressarcimento dos prejuízos advindos com o deferimento da tutela provisória posteriormente revogada por sentença que extingue o processo sem resolução de mérito, sempre que possível, deverá ser liquidado nos próprios autos.
- 115** Conforme disposições do CPC e entendimento do STJ, não atendido o prazo legal de 30 dias para formulação do pedido principal em tutela cautelar requerida em caráter antecedente, a medida concedida perderá a sua eficácia e o procedimento de tutela antecedente será extinto sem exame do mérito.
- 116** Conforme entendimento do STJ, o julgamento dos embargos de declaração, quando opostos contra acórdão proferido pelo órgão em composição ampliada, deve observar o mesmo quórum (ampliado), sob pena de o entendimento lançado, antes minoritário, poder sagrar-se vencedor.

Legislação Especial

Rafael de Oliveira

- 117** O crime de racismo, previsto na Lei n. 7.716/1989, é inafiançável e imprescritível, conforme previsto na Constituição Federal.
- 118** O crime de tortura, previsto na Lei n. 9.455/1997, é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, e sua prática por agente público acarreta a perda do cargo.
- 119** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, garante o direito ao duplo grau de jurisdição apenas nos processos penais em que houver recurso do Ministério Público.
- 120** Segundo o STF, é atípica a conduta de possuir ou manter sob a guarda arma de fogo de uso permitido, com registro vencido, no interior de sua residência ou no local de trabalho, desde que seja este autorizado.



SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
1º SIMULADO
ANALISTA JUDICIÁRIO (PÓS-EDITAL)

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

	Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Respostas											

[illegible]

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora